

Termo de Referência 30/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2024	200120-SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MT	ALEXANDRE VAZ GUIMARAES	30/12/2024 14:16 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		08661.017932/2024-03

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM MATO GROSSO
(Processo Administrativo nº 08661.017932/2024-03)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente procedimento tem por objeto selecionar associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, formada exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e cadastradas no SINIR, para fins de coleta dos resíduos recicláveis (papel e papelão) descartados nas dependências da Sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso, conforme valores expostos abaixo:

Resíduo	Unidade de medida	Quantidade estimada	Observação
Papel	kg	360 (corresponde a 12 bags)	Quantidade estimada para descarte no 1º semestre de 2025
Papel	kg	1.710 (corresponde a 342 caixas)	Quantidade estimada para descarte no 2º semestre de 2025
TOTAL		2.070 Kg	

1.2 Os valores apresentados acima são meramente estimativos, inexistindo qualquer obrigação do órgão em fornecer o quantitativo máximo indicado.

1.3. O Termo de Compromisso oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4 O Termo de Compromisso será firmado por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

1.5 A presente demanda não ensejará qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá às custas de cada uma, na medida de suas obrigações.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394494010441-0-000006/2024
- II. Data de publicação no PNCP: 06/08/2024
- III. Id do item no PCA: 56
- IV. Classe/Grupo: 894 - SERVIÇOS DE RECICLAGEM, COMISSIONADOS OU CONTRATADOS
- V. Identificador da Futura Contratação: 200120-129/2024

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A seleção de associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para fins de coleta dos resíduos recicláveis (papel e papelão) descartados nas dependências da Sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso ocorrerá por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no inciso IV, alínea j do artigo 75 da Lei 14.133/2021.

3.3 Para fins de atendimento aos Arts. 40, V, “a”, 19, §2º, e, art. 40, §1º, da Lei 14133/21 informa-se que o objeto da pretensa contratação não consta como item padronizado do Catálogo Eletrônico de Padronização. Os únicos itens que compõem o Catálogo Eletrônico de Padronização são água mineral natural sem gás, açúcar e café ([https://www.gov.br/pncp/pt-br /catalogoeletronico-depadronizacao/itens-padronizados](https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogoeletronico-depadronizacao/itens-padronizados), consulta em 19/06/2024).

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Cuiabá/MT.

4.2 As associações e/ou cooperativas selecionadas deverão adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos:

4.2.1 Observar todas as determinações contidas Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que for aplicável;

4.2.2 Observar todas as determinações contidas no Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que for aplicável;

4.2.3 Observar todas as determinações contidas na Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, no que for aplicável;

4.2.4 Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos sólidos recicláveis descartados pelo órgão;

4.2.5 Transportar os resíduos recicláveis em veículo automotor com capacidade suficiente para o transporte das quantidades estimadas, evitando que estes caiam durante o trajeto e causem poluição das vias públicas;

4.2.6 Realizar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos não reaproveitados para reutilização ou reciclagem;

4.2.7 Realizar cadastro no Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR e manter as informações atualizadas;

Subcontratação

4.3 Não é admitida a subcontratação do Termo de Compromisso.

Garantia da contratação

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que não haverá contraprestação pecuniária entre as partes.

Vistoria

4.5 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Local e horário da prestação dos serviços

5.1. As coletas serão feitas no seguinte endereço: Sede da SPRF-MT, no endereço: Rua Joaquim Murtinho, nº 1400, Bairro Centro Sul - Cuiabá/MT, CEP: 78020-290.

5.2. As coletas serão feitas no seguinte horário e frequência:

5.2.1 A coleta deverá ser realizada quinzenalmente, em dia útil, no horário das 8h às 16h, excetuando-se sábados, domingos, feriados e dias em que não houver expediente no Órgão;

5.2.2 Em caso de acúmulo de material antes do período quinzenal estabelecido, faculta-se a SPRF-MT (Comissão para a Coleta Seletiva Solidária) entrar em contato com a cooperativa /associação para coleta do material, com prazo mínimo de 03 (três) dias úteis;

5.2.3 Em caso de redução de acúmulo de recicláveis a Comissão de Coleta Seletiva Solidária comunicará o fato para que nova frequência seja estabelecida;

5.2.4 Coletas extraordinárias, para atender excedentes provenientes de eventos que ocorram no SPRF-MT e que gerem um aumento significativo de resíduos recicláveis, desde que acordado antecipadamente entre as partes, e em dia e horário previamente acordados. Para os eventos deverão ser fornecidos e dispostos, no local do evento, coletores extras, devidamente identificados, desde que também acordado entre as partes;

5.2.5 A quantidade de resíduos sólidos poderá sofrer alterações no decorrer do processo de coleta seletiva, o que será analisado em conjunto entre a Comissão e a associação /cooperativa;

5.2.6 O local, o horário, e a logística da coleta poderão ser modificados e ajustados em comum acordo entre a Comissão e a associação/cooperativa;

5.2.7 O equipamento de trituração deve possibilitar triturar papéis sem a necessidade de retirar clips, grampos, elásticos e demais componentes plásticos e metálicos.

Materiais a serem disponibilizados

5.3 As associações e/ou cooperativas devem possuir os equipamentos, ferramentas e utensílios próprios para prestar os serviços de reciclagem.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A quantidade de resíduos foi estimada conforme item "8" dos Estudos Técnicos Preliminares e também está prevista na tabela do item "1.1" do presente Termo de Referência.

5.5.2. A associação e/ou cooperativa deverá dimensionar a proposta com base nas exigências previstas no Edital.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Na presente demanda, a fiscalização e o acompanhamento dos serviços serão realizados pela Comissão para Coleta Seletiva Solidária, composta por 2 (dois) membros: Presidente e Vice-Presidente, cujas atribuições serão as seguintes, além daquelas relacionadas na PORTARIA SPRF-MT/PRF Nº 220, DE 23 DE agosto DE 2024 (Sei! nº 59041415).

6.1.1 Fiscalizar os serviços relativos à coleta seletiva, com base no Termo de Compromisso firmado;

6.1.2 Registrar em processo próprio no sistema SEI todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

6.1.3 Realizar cadastro no sistema do MTR, contido na plataforma do SINIR, e emitir o MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) como "Gerador", conforme as orientações previstas no Decreto nº 280, de 29 de junho de 2020, do Ministério do Meio Ambiente;

6.1.4 Acompanhar a trituração dos papéis que forem classificados como documentos, o que não retira da associação/cooperativa selecionada a total responsabilidade pelo correto descarte dos resíduos sólidos coletados, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

6.1.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Termo de Compromisso, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.1.6 Zelar perante o fiscal do contrato de limpeza do órgão para que sejam implementadas rotinas com a associação/cooperativa selecionada, que garantam que os resíduos recicláveis mantenham-se separados dos não recicláveis no momento da sua retirada das unidades e salas do órgão;

6.1.7 Implementar ações de sensibilização entre os servidores públicos para a adequada separação dos resíduos que descartem;

6.1.8 Armazenar os resíduos em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação;

6.1.9 Atuar conjuntamente com o órgão da Administração Pública para acompanhar e avaliar as atividades de execução deste Termo de Referência;

6.1.10 Na hipótese de constatação de impropriedades ou irregularidades, deverá notificar a associação ou cooperativa para sanear a situação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão do Termo de Compromisso, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

6.1.11 Autorizar a retirada dos resíduos recicláveis descartados do edifício somente por catadores previamente indicados e identificados;

6.1.12 Cobrar das cooperativas e associações o cumprimento da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos não reaproveitados para reutilização ou reciclagem, aplicando-lhes as sanções previstas no parágrafo único do artigo 42 do Decreto nº 10.936, de 2022, em caso de descumprimento, observados o contraditório e a ampla defesa;

6.1.13 Caso os materiais não sejam recolhidos no prazo acordado após a comunicação para coleta pela associação ou cooperativa, em seu respectivo período, a Comissão comunicará a associação ou cooperativa subsequente para, no mesmo prazo, manifestar interesse em realizar a coleta em caráter excepcional;

6.1.14 A Comissão não poderá transferir à outra associação ou cooperativa as obrigações e responsabilidades decorrentes do Termo de Compromisso, a não ser que se verifique descumprimento por parte da associação ou cooperativa originalmente selecionada;

6.1.15 A Comissão poderá analisar as propostas de alteração do Termo de Compromisso, desde que não impliquem mudanças da natureza do objeto;

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A presente demanda não ensejará qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá às custas de cada uma, na medida de suas obrigações. Assim, não há que se falar em critérios para aferição e medição para faturamento e recebimento de serviços.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 A associação e/ou cooperativa será selecionada por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso IV, alínea "j", da Lei n.º 14.133 /2021.

Exigências de habilitação

8.2 As exigências de participação e habilitação são aquelas disciplinadas no Edital de Chamamento Público nº 01/2024.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Não haverá contrapartida financeira nesta contratação.

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA SPRF-MT/PRF Nº 220, DE 23 DE agosto DE 2024

ALEXANDRE VAZ GUIMARAES

Representante da Área Técnica/Requisitante



Assinou eletronicamente em 30/12/2024 às 14:16:35.

Despacho: PORTARIA SPRF-MT/PRF Nº 220, DE 23 DE agosto DE 2024

AMANDA GISELLE PEREIRA DOS SANTOS

Representante da Área Técnica/Requisitante